

Colégio  
00001

Sala  
0001

Ordem  
0001

Fevereiro/2017



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SÃO PAULO

### Concurso Público para provimento de cargos **Analista Judiciário – Área Administrativa** **Especialidade Contabilidade**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'E05', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

# PROVA

Conhecimentos Gerais  
Conhecimentos Específicos  
Discursiva-Estudo de Caso

## INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Desenvolvimento sustentável exige educação ambiental.

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém as propostas e os espaços para o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso. Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

### VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

### ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Gramática e Interpretação de Texto da Língua Portuguesa**

**Atenção:** Para responder às questões de números 1 a 8, considere o texto abaixo.

**Discussão – o que é isso?**

A palavra **discussão** tem sentido bastante controverso: tanto pode indicar a hostilidade de um confronto insanável (“a discussão entre vizinhos acabou na delegacia”) como a operação necessária para se esclarecer um assunto ou chegar a um acordo (“discutiram, discutiram e acabaram concordando”). Mas o que toda discussão supõe, sempre, é a presença de um outro diante de nós, para quem somos o outro. A dificuldade geral está nesse reconhecimento a um tempo simples e difícil: o outro existe, e pode estar certo, sua posição pode ser mais justa do que a minha.

Entre dois antagonistas há as palavras e, com elas, os argumentos. Uma discussão proveitosa deverá ocorrer entre os argumentos, não entre as pessoas dos contendores. Se eu trago para uma discussão meu juízo já estabelecido sobre o caráter, a índole, a personalidade do meu interlocutor, a discussão apenas servirá para a exposição desses valores já incorporados em mim: quero destruir a pessoa, não quero avaliar seu pensamento. Nesses casos, a discussão é inútil, porque já desistiu de qualquer racionalização.

As formas de discussão têm muito a ver, não há dúvida, com a cultura de um povo. Numa sociedade em que as emoções mais fortes têm livre curso, a discussão pode adotar com naturalidade uma veemência que em sociedades mais “frias” não teria lugar. Estão na cultura de cada povo os ingredientes básicos que temperam uma discussão. Seja como for, sem o compromisso com o exame atento das razões do outro, já não haverá o que discutir: estaremos simplesmente ficando pé na necessidade de proclamar a verdade absoluta, que seria a nossa. Em casos assim, falar ao outro é o mesmo que falar sozinho, diante de um espelho complacente, que refletirá sempre a arrogância da nossa vaidade.

(COSTA, Teobaldo, inédito)

1. Embora o termo **discussão** tenha um sentido bastante controverso, o elemento comum a toda discussão está no fato de que
  - (A) os dois antagonistas recusam-se terminantemente a chegar a um acordo, o qual só poderá ocorrer com a intervenção de um terceiro.
  - (B) algum acordo só será possível caso um dos contendores abra mão de suas razões, desistindo de confrontar a argumentação alheia.
  - (C) se revela para nós uma relação de alteridade que já é, a partir desse reconhecimento, a garantia de um acordo entre as posições.
  - (D) se impõe para nós a presença viva e indiscutível da outra pessoa, que também nos reconhece numa relação de alteridade.
  - (E) os dois contendores sentem igualmente necessidade de uma conciliação a partir dos argumentos levantados por ambos.

2. Atente para as seguintes afirmações:

- I. No primeiro parágrafo, expõe-se a condição mínima para a ocorrência de uma discussão, sem que se mencione a ação de um entrave inicial que possa dificultá-la.
- II. No segundo parágrafo, aponta-se, como elemento frequente em algumas discussões, a intolerância, que não me deixa reconhecer os argumentos da pessoa a quem já julguei.
- III. No terceiro parágrafo, estabelece-se uma conexão entre diferentes culturas e diferentes formas de discussão, concluindo-se que um acordo é mais fácil nas contendas mais acaloradas.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II, apenas.

By Carla Gabola

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *sentido bastante controverso* (1º parágrafo) = razão de ser equívoca
- (B) *juízo já estabelecido* (2º parágrafo) = avaliação predefinida
- (C) *valores já incorporados* (2º parágrafo) = qualidades prontamente aceitas
- (D) *têm livre curso* (3º parágrafo) = são facilmente contidas
- (E) *um espelho complacente* (3º parágrafo) = um reflexo fiel



4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Não fosse certas desavenças pessoais, muitas discussões acabariam em acordo, com o prevalescimento dos melhores argumentos.
  - (B) São mais difíceis do que se imagina conciliar posições antagônicas, por que para isso temos que considerar a pessoa íntegra do outro.
  - (C) Quando distinguimos o outro apenas como um mal caráter, sem se pesar suas reações, somos presas de nosso próprio ressentimento.
  - (D) O mal de certas discussões está em que sequer se reconhecem os argumentos em disputa, obscurecidos que foram pelo excesso de paixão.
  - (E) É muito comum que numa discussão, haja tanto emocionalismo, por cujo se impede a chegada ao bom termo de um acordo final.

5. As formas verbais estão adequadamente empregadas e há presença da voz **passiva** em:
- (A) Os argumentos dos contendores, numa discussão, só serão aceitos caso se venha a considerá-los com isenção.
  - (B) Fossem sempre vencedores os argumentos de quem mais paixão demonstram, a irracionalidade acabará por imperar.
  - (C) Se não fizéssemos questão de demonstrar nossa arrogância, mais simplesmente poderá o outro conciliar-se conosco.
  - (D) São de se esperar que os melhores argumentos acabem por sobrepujar os mais fracos, para que a justiça acabe imperando.
  - (E) Quando for o caso de se fazerem confrontar argumentos inteiramente contrários, melhor seria se houvesse a ação de um bom mediador.

6. *Mas o que toda discussão supõe, sempre, é a presença de um outro diante de nós (...)* (1ª parágrafo)  
Reescrevendo-se o segmento acima e iniciando-se por **A presença de um outro diante de nós** estará correta a seguinte complementação:
- (A) inclui-se, desta feita, em toda discussão.
  - (B) presume que seja assim em toda discussão.
  - (C) é como toda discussão se preserva.
  - (D) como tal exige toda discussão.
  - (E) é o que toda discussão implica.

7. No caso de uma discussão, é preciso que os contendores reconheçam essa discussão como uma forma de diálogo, que não vejam nessa discussão uma oportunidade para suas vaidades, mas que se aproveitem dessa discussão para pôr à prova a força de seus argumentos.

Evitam-se as viciosas repetições da frase acima substituindo-se os elementos sublinhados, na ordem dada, por:

- (A) reconheçam-lhe – a vejam – lhe aproveitem
  - (B) a reconheçam – a vejam como – dela se aproveitem
  - (C) lhe reconheçam – lhe vejam como – aproveitem dela
  - (D) reconheçam-na – vejam-na – aproveitem-lhe
  - (E) reconheçam-lhe – vejam-lhe – se aproveitem dela
8. Atente para as seguintes frases:
- I. O sentido controverso da palavra *discussão*, deve-se ao modo pelo qual costumam agir, os contendores, ao exporem seus argumentos.
  - II. Há discussões nas quais, por excesso de paixão, os argumentos sequer são considerados, dada a exacerbação dos ânimos.
  - III. Parece improvável que numa discussão acirrada, possa imperar a racionalidade dos argumentos que sequer são analisados.

Quanto à virgulação, está inteiramente correto o que consta APENAS em

- (A) II.
- (B) I.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.

By Carla Gabola

### Noções de Informática

9. O funcionário de uma empresa recebeu, pelo *webmail*, uma mensagem supostamente do banco no qual tem conta, informando que ele havia sido sorteado e ganhara um prêmio de um milhão de reais. Para resgatar o prêmio, o funcionário foi orientado a clicar em um *link* e digitar seus dados pessoais e bancários. Após seguir as orientações e enviar os dados digitados, percebeu que o endereço do banco era falso, mas muito semelhante ao endereço verdadeiro. O funcionário foi vítima de um tipo de fraude conhecida como
- (A) *defacing*.
  - (B) *worming*.
  - (C) *phishing*.
  - (D) *keylogging*.
  - (E) *joking*.



10. Um Analista em TI, utilizando o LibreOffice Writer versão 5.1.5.2 em português, inseriu a numeração de páginas no cabeçalho do documento e digitou duas páginas de texto. Na terceira página, deseja recomeçar a numeração em 1. Para acessar uma janela que contém opções para isso, com o cursor após o final do texto da segunda página, ele deverá clicar no menu
- (A) Formatar e na opção Número da página.
  - (B) Ferramentas e na opção Numeração de páginas.
  - (C) Inserir e na opção Quebra manual.
  - (D) Referências e na opção Numerar páginas.
  - (E) Inserir e na opção Numeração de páginas.

---

#### Normas Aplicáveis aos Servidores Públicos Federais

11. Miguel é servidor público federal e pretende licenciar-se do cargo para o desempenho de mandato classista em sindicato representativo da categoria do qual faz parte e que conta com 5.000 associados. Cumpre salientar que o servidor foi eleito para cargo de representação no mencionado sindicato. Nos termos da Lei nº 8.112/1990,
- (A) o mencionado sindicato comportará até quatro servidores licenciados para o desempenho de mandato classista.
  - (B) a licença perdurará pelo mesmo prazo do mandato, não podendo ser renovada.
  - (C) será assegurado ao servidor o direito à licença sem remuneração para o desempenho do respectivo mandato.
  - (D) não constitui requisito para a mencionada licença que o sindicato seja cadastrado no órgão competente.
  - (E) o mencionado sindicato comportará apenas um servidor licenciado para o desempenho de mandato classista.
12. Viviane, servidora pública federal, é chefe de determinada repartição pública e, pela conduta de ter concedido benefício administrativo sem observar as formalidades legais aplicáveis à espécie, foi condenada, dentre outras sanções, à suspensão dos direitos políticos por seis anos. Observando-se a Lei nº 8.429/1992, a sentença proferida deve também aplicar a seguinte sanção a Viviane:
- (A) pagamento de multa civil, de até três vezes o valor do dano.
  - (B) proibição de contratar com o Poder público, pelo prazo de cinco anos.
  - (C) proibição de contratar com o Poder público, pelo prazo de três anos.
  - (D) multa civil, de até cem vezes o valor da remuneração de Viviane.
  - (E) proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais, pelo prazo de dez anos.

---

#### Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo

13. Considere a seguinte situação hipotética: Colombo foi regularmente processado e, ao final, condenado pela prática de crime eleitoral. Colombo faleceu e, dentro do prazo legal, seu irmão, Vinícius, pretende ajuizar revisão criminal do referido processo. Neste caso, de acordo com o Regimento Interno do TRE-SP, Vinícius
- (A) possui legitimidade para ajuizar a referida ação, sendo que o requerimento será distribuído para um relator e um revisor.
  - (B) não possui legitimidade para ajuizar a referida ação, uma vez que esta é exclusiva do cônjuge, ascendentes e descendentes, sendo permitido o seu indeferimento *in limine*.
  - (C) não possui legitimidade para ajuizar a referida ação, uma vez que esta é exclusiva do ascendentes e descendentes, sendo vedado o seu indeferimento *in limine*.
  - (D) não possui legitimidade para ajuizar a referida ação, uma vez que esta é exclusiva do Ministério Público, sendo vedado o seu indeferimento *in limine*.
  - (E) possui legitimidade para ajuizar a referida ação, sendo, em qualquer hipótese, vedado o seu indeferimento *in limine*.
14. Considere a seguinte situação hipotética: Sandro é juiz do TRF da 3ª Região e Matias é Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo. De acordo com o Regimento Interno do TRE-SP,
- (A) somente Sandro pode fazer parte da composição do TRE-SP, mas não pode ser eleito Presidente.
  - (B) Sandro e Matias podem fazer parte da composição do TRE-SP, bem como ambos podem ser eleitos Presidente.
  - (C) Sandro e Matias podem fazer parte da composição do TRE-SP, mas somente Sandro pode ser eleito Presidente.
  - (D) somente Matias pode fazer parte da composição do TRE-SP, bem como pode ser eleito Presidente.
  - (E) Sandro e Matias podem fazer parte da composição do TRE-SP, mas somente Matias pode ser eleito Presidente.

**Código de Ética do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**

**Atenção:** Para responder às questões de números 15 e 16, considere a Portaria nº 214/2015, que institui o Código de Ética dos Servidores do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – TRE-SP.

15. Considere a seguinte situação hipotética: uma editora jurídica, de grande porte, situa-se em frente ao prédio do TRE-SP. Em julho de 2016, a citada empresa privada completou vinte anos de existência, razão pela qual editou livro comemorativo com farta ilustração gráfica e textos de renomados juristas do Brasil, a ser distribuído a seus clientes, dentre estes, alguns servidores públicos do TRE-SP. Os servidores do TRE-SP
- (A) não poderão aceitar o livro oferecido pela editora, pois o Código de Ética apenas permite que o servidor aceite prêmios ou bolsas de estudos, o que não é o caso.
  - (B) não poderão aceitar o livro, tendo em vista que o Código de Ética veda o recebimento de qualquer valor ou objeto, independentemente da sua natureza.
  - (C) poderão aceitar o livro, desde que o valor não ultrapasse o correspondente a cinco por cento do vencimento básico do cargo de técnico judiciário, padrão A, classe I.
  - (D) poderão aceitar o livro, independentemente de seu valor, por tratar-se de brinde oferecido por ocasião de evento especial, expressamente admitido pelo Código de Ética.
  - (E) poderão aceitar o livro, desde que o valor não ultrapasse o correspondente a dois por cento do vencimento básico do cargo de técnico judiciário, padrão A, classe I.
- 
16. O Código de Ética do TRE-SP prevê a necessidade de observância de um prazo, contado da exoneração, que corresponde ao período de interdição para atividade incompatível com o cargo em comissão de direção ou chefia, anteriormente exercido, devendo o servidor, nesse período, observar determinadas regras. Desde que inexistir lei prevendo lapso temporal diverso, o prazo será de
- (A) dois anos.
  - (B) um ano.
  - (C) quinze meses.
  - (D) nove meses.
  - (E) seis meses.

**Estatuto da Pessoa com Deficiência**

**Atenção:** Para responder às questões de números 17 e 18, considere a Lei nº 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência.

17. O profissional de apoio escolar do estudante com deficiência, desde que excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas,
- (A) atua, apenas, em instituições públicas.
  - (B) não pode atuar em todas as áreas escolares, como, por exemplo, na área de alimentação.
  - (C) atua, apenas, no ensino fundamental.
  - (D) pode exercer, dentre outras, a atividade de higiene.
  - (E) atua a partir do ensino médio, ou seja, destina-se aos jovens a partir dos dez anos de idade.
- 
18. Os serviços de habilitação e de reabilitação profissional
- (A) devem ocorrer, exclusivamente, em entidades de formação profissional.
  - (B) destinam-se a toda pessoa com deficiência, independentemente de sua característica específica.
  - (C) não têm por objetivo a conservação do trabalho, mas sim, sua obtenção.
  - (D) podem, apenas em situações excepcionais, ser oferecidos em ambientes inclusivos.
  - (E) devem ocorrer, de forma articulada nas redes públicas e privadas e, exclusivamente, na saúde e na Previdência Social.

**Plano Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo**

**Atenção:** Para responder às questões de números 19 e 20, considere a Resolução nº 367/2016 que estabelece o Plano Estratégico do TRE-SP.

19. Norteará as futuras revisões e elaborações de Planos Estratégicos o Caderno de
- (A) Atuação dirigida.
  - (B) Indicadores específicos.
  - (C) Desempenho.
  - (D) Planejamento.
  - (E) Situações conflitantes.
- 
20. O desafio que busca atenuar as desigualdades sociais e garantir os direitos de minorias, observando-se, para tanto, práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa, é, especificamente, o desafio de garantir os direitos
- (A) à cidadania.
  - (B) à vida, à saúde e à educação dirigida.
  - (C) ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.
  - (D) à facilitação do processo eleitoral.
  - (E) à sociedade justa, equilibrada e democrática.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

**Atenção:** As questões de números 21 e 22, referem-se ao conteúdo de Noções de Direito Administrativo.

21. O sistema de registro de preços, passível de utilização para aquisição de bens, de acordo com a Lei nº 8.666/1993,
- (A) é obrigatório para a Administração pública, independentemente do valor e do objeto do contrato, sempre que se mostrar mais vantajoso economicamente.
  - (B) deve ser utilizado, preferencialmente e sempre que possível, pois permite que a Administração pública garanta as aquisições pelo menor preço, dimensionando as reais necessidades e as respectivas periodicidades, sem perder a economia de escala.
  - (C) enseja a apuração de ata com os menores preços apresentados nas propostas à Administração, tornando-se obrigatória a contratação com os fornecedores constantes do quadro geral.
  - (D) admite a prorrogação da vigência da ata de registro de preços, por prazo superior ao originalmente contratado, sempre que demonstrada não alteração nos valores praticados.
  - (E) exige a divisão das compras em tantas parcelas quantos objetos forem, para garantir o menor preço para as contratações futuras, vedada aquisição de bens conjuntamente, para evitar favorecimento.
- 
22. Determinado órgão da Administração pública pretende alienar onerosamente um imóvel onde funcionava uma escola. Dentre as providências previstas pela Lei nº 8.666/1993, está a
- (A) obtenção de autorização legislativa, necessária para alienação de bens móveis e imóveis pertencentes à Administração direta a partir de determinado valor.
  - (B) autorização legislativa para o caso de se pretender alienação onerosa por meio de licitação, não sendo necessária no caso de venda para outro órgão da Administração direta.
  - (C) prévia demonstração de inexistência de outras destinações a serem dadas ao bem, o que, se presente, autoriza a alienação independentemente de autorização legislativa.
  - (D) atualização monetária do valor da aquisição, para estabelecimento do valor mínimo na licitação, não sendo possível a alienação de bens imóveis oriundos de doações, porque gratuitas.
  - (E) demonstração de interesse público na alienação pretendida e prévia avaliação do bem imóvel, para apuração do valor mínimo na licitação.

**Atenção:** As questões de números 23 e 24, referem-se ao conteúdo de Noções de Direito Constitucional.

23. Considere as seguintes situações:
- I. Recusa à prestação de serviço do júri, por motivo de convicção religiosa, e à prestação de serviço alternativo previsto em lei, por motivo de convicção política.
  - II. Condenação criminal, por sentença de primeira instância, transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
  - III. Acumulação remunerada de cargo de professor em Universidade pública com emprego técnico em sociedade de economia mista.
  - IV. Cancelamento de naturalização, por sentença de primeira instância, não transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos.
- À luz da Constituição da República, ensejam a perda ou suspensão dos direitos políticos as situações referidas APENAS em
- (A) I e II.
  - (B) III e IV.
  - (C) I, II e III.
  - (D) II, III e IV.
  - (E) I e IV.
- 
24. Relativamente à organização e ao funcionamento da Justiça Eleitoral, estabelece a Constituição da República que
- (A) o Tribunal Superior Eleitoral, em sua composição, contará com dois juízes dentre advogados e membros do Ministério Público, de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Supremo Tribunal Federal e nomeados pelo Presidente da República.
  - (B) cada Tribunal Regional Eleitoral, em sua composição, contará com dois juízes dentre advogados e membros do Ministério Público, de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Superior Tribunal de Justiça e nomeados pelo Presidente da República.
  - (C) as decisões do Tribunal Superior Eleitoral são irrecuráveis, salvo as que contrariarem a Constituição da República e as denegatórias de *habeas corpus*, mandado de segurança ou mandado de injunção.
  - (D) as decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais serão recorríveis, dentre outras hipóteses, quando anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais ou estaduais.
  - (E) os juízes dos tribunais eleitorais, salvo motivo justificado, servirão por três anos, no mínimo, e nunca por mais de dois triênios consecutivos.



**Atenção:** As questões de números 25 e 26, referem-se ao conteúdo de Noções de Direito Eleitoral.

25. Considere a seguinte situação hipotética: nas últimas eleições Valentina, domiciliada em Recife, não votou uma vez que estava viajando a trabalho na cidade de São Paulo-Capital. Já se passaram mais de sessenta dias e ela não justificou, perante o juiz eleitoral, o motivo de não ter votado. Neste caso, de acordo com o Código Eleitoral, Valentina
- (A) não sofrerá qualquer penalidade uma vez que estava viajando à trabalho devendo se justificar até o último dia que antecederá as próximas eleições.
- (B) incorrerá na multa de um salário-mínimo da região.
- (C) incorrerá na multa de três a dez por cento sobre o salário-mínimo da região.
- (D) terá até noventa dias após a realização da eleição para se justificar, sob pena de incorrer na penalidade de multa.
- (E) terá até cento e vinte dias após a realização da eleição para se justificar, sob pena de incorrer na penalidade de multa.
26. De acordo com o Código Eleitoral, o número de juízes dos Tribunais Regionais
- (A) não será reduzido, mas poderá ser elevado até nove, mediante proposta do Tribunal Superior, e na forma por ele sugerida.
- (B) não será reduzido e nem elevado, uma vez que sua composição é inalterada.
- (C) poderá ser reduzido e elevado, mediante proposta do Tribunal Superior, e na forma por ele sugerida.
- (D) não será reduzido, mas poderá ser elevado até onze, mediante proposta do Tribunal Superior, e na forma por ele sugerida.
- (E) não será elevado, mas poderá ser reduzido até cinco, mediante proposta do Tribunal Superior, e na forma por ele sugerida.

### Contabilidade Geral

27. Um dos mais importantes títulos do mercado financeiro são as debêntures. Com elas, as empresas podem se financiar de acordo com o fluxo de caixa que melhor se adequa à sua estratégia de financiamento. As empresas podem emitir debêntures com prêmio, ou seja, valores recebidos na emissão de debêntures acima do valor nominal determinado para a liquidação desses valores mobiliários. De acordo com a legislação vigente, esse prêmio é tratado como
- (A) Reserva de capital, no patrimônio líquido.
- (B) Prêmio a amortizar, no passivo.
- (C) Custos a amortizar, como redutora de passivo.
- (D) Prêmio a amortizar, no patrimônio líquido.
- (E) Receita financeira, no resultado do período.

28. A Cia. Jericoacoara S. A. apresentava os seguintes valores em seu balanço patrimonial:

Cia. Jericoacoara S.A. Balanço Patrimonial – 31/12/2016			
<b>Ativo Circulante</b>	<b>1.300</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>1.300</b>
Financeiro	300	Financeiro	200
Operacional	1.000	Operacional	1.100
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>2.000</b>	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>700</b>
Realizável a LP	400	Financiamentos	700
Investimentos	400	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.300</b>
Imobilizado	1.200	Capital Social	1.000
		Reservas de Lucro	300
<b>Total Ativo</b>	<b>3.300</b>	<b>Total Passivo + PL</b>	<b>3.300</b>

Com base nas informações acima, o índice de

- (A) endividamento em relação ao PL é igual a 100%.
- (B) imobilização do PL é igual a 2.
- (C) liquidez corrente é igual a 1,5.
- (D) liquidez geral é igual a 0,85.
- (E) composição do endividamento é igual 39%.
29. A empresa Genipabu S. A. controla o próprio estoque pelo critério da Média Ponderada Móvel. No mês de dezembro de 2016, a empresa realizou as seguintes operações:

Data	Operação	Quantidade (unidades)	Preço de compra (unitário)	Preço de venda (unitário)
02/12/16	Compra	300	R\$ 20	-
10/12/16	Venda	120	-	R\$ 40
23/12/16	Venda	90	-	R\$ 40
29/12/16	Compra	60	R\$ 20	-

A empresa possuía, no final de novembro de 2016, 300 unidades em seu estoque final, ao custo médio unitário de R\$ 10,00. O valor do estoque final de 2016 era, em reais,

- (A) 6.000,00.
- (B) 7.050,00.
- (C) 3.000,00.
- (D) 6.955,00.
- (E) 8.100,00.



30. A Cia. Catarinense apresentou, em 31/12/2015, as seguintes demonstrações contábeis:

**Balço Patrimonial (em reais)**

Ativo	31/12/14	31/12/15	Passivo	31/12/14	31/12/15
<b>Ativo Circulante</b>	<b>210.000</b>	<b>426.000</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>150.000</b>	<b>225.000</b>
Disponível	100.000	246.000	Fornecedores	150.000	175.000
Duplicatas a Receber	110.000	180.000	IR/CSLL a pagar	-	50.000
			<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>190.000</b>	<b>205.000</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>350.000</b>	<b>354.000</b>	Empréstimos	190.000	205.000
Investimento	150.000	164.000			
Imobilizado		-	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>220.000</b>	<b>375.000</b>
Edifícios	200.000	200.000	Capital Social	200.000	200.000
Depreciação Acumulada Edifícios		(10.000)	Reservas de Lucros	20.000	150.000
<b>Total do Ativo</b>	<b>560.000</b>	<b>780.000</b>	<b>Total do Passivo + PL</b>	<b>560.000</b>	<b>780.000</b>

**Demonstração de Resultados do Exercício de 2015 (em reais)**

Receita Bruta de Vendas	760.000
(-) Impostos sobre Vendas	(160.000)
(=) Receita Líquida de Vendas	600.000
(-) Custo dos Produtos Vendidos	(280.000)
Lucro Bruto	320.000
Despesas gerais e administrativas	(72.000)
Despesa de depreciação	(10.000)
(+/-) Outras receitas operacionais	
Resultado de Equivalência Patrimonial	14.000
(+/-) Resultado financeiro	
Despesa financeira	(15.000)
Lucro antes do IR e CSLL	237.000
Despesa com Imposto de Renda e CSLL	(82.000)
Lucro Líquido	155.000

Com base nas demonstrações acima, sabendo-se que houve distribuição e pagamento de dividendos no valor de R\$ 25.000,00 e que as despesas financeiras não foram pagas, o fluxo de caixa gerado pelas Atividades Operacionais foi, em reais,

- (A) 166.000,00.  
 (B) 146.000,00.  
 (C) 171.000,00.  
 (D) 121.000,00.  
 (E) 103.000,00.

31. A empresa Manequim Challenger S.A. fez uma aplicação financeira em 30/11/2016, adquirindo um título no mercado financeiro no valor de R\$ 5.000,00, que remunera à taxa de 10% ao mês. Este título, conforme orientação da controladoria da empresa, foi classificado na data da aquisição como "mantido até o vencimento" e o seu valor de mercado 30 dias após a sua aquisição era R\$ 5.450,00. De acordo com estas informações, em 30/12/2016, a empresa reconheceu

- (A) receita financeira no valor de R\$ 500,00.  
 (B) receita financeira no valor de R\$ 450,00.  
 (C) receita financeira no valor de R\$ 500,00 e ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, no valor de R\$ 50,00 (saldo devedor).  
 (D) receita financeira no valor de R\$ 450,00 e ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, no valor de R\$ 50,00 (saldo credor).  
 (E) no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial, o valor de R\$ 500,00.

32. A diretoria da empresa BMS Beer S. A. está preocupada com a distribuição de dividendos. O Lucro Líquido da empresa em 2016 foi R\$ 200.000,00. No início de 2016, o Capital Social da empresa era R\$ 1.000.000,00, o saldo da Reserva Legal era R\$ 150.000,00 e o saldo da Reserva Estatutária era R\$ 100.000,00.

O Estatuto Social da empresa determina a seguinte destinação do lucro:

- Reserva Legal - de acordo com a Lei nº 6.404/76.
- Reserva Estatutária - 10% do lucro líquido.
- Dividendo Mínimo Obrigatório - 30% do lucro líquido.

Sabendo-se que, de acordo com o orçamento de capital aprovado em assembleia, a empresa precisaria reter R\$150.000,00 do lucro para realizar os investimentos esperados, o valor retido como Reserva para Expansão e o valor distribuído como Dividendo Mínimo Obrigatório foram, respectivamente, em reais,

- (A) 110.000,00 e 60.000,00.  
 (B) 113.000,00 e 57.000,00.  
 (C) 150.000,00 e 20.000,00.  
 (D) 113.000,00 e 60.000,00.  
 (E) 110.000,00 e 57.000,00.



33. A empresa AliCaCo S. A. iniciou, em julho de 2016, um projeto de sistemas coordenado pela sua área de TI para venda futura. Até o final de novembro de 2016, a empresa tinha incorrido em gastos no valor de R\$ 500.000,00. Em 01/12/2016, a empresa conseguiu demonstrar a viabilidade econômica desse projeto. Em dezembro de 2016, os gastos com o desenvolvimento do sistema foram R\$ 300.000,00, totalizando um gasto de R\$ 800.000,00 para o desenvolvimento do referido projeto. Sabendo-se que o valor recuperável estimado, em 31/12/2016, foi R\$ 400.000,00, o valor que a empresa deveria ter apresentado na conta Intangível, referente a este projeto, é, em reais,

- (A) 800.000,00.
- (B) 500.000,00.
- (C) 100.000,00.
- (D) 400.000,00.
- (E) 300.000,00.

34. A empresa Tudo em Cima S. A., em 01/12/2016, realizou uma venda no valor de R\$ 240.000,00. A condição de recebimento da venda acordada foi R\$ 120.000,00 à vista e o restante (R\$ 120.000,00) para ser recebido em 31/05/2018. Esta transação foi realizada nestas condições a pedido do cliente, uma vez que o prazo, normalmente, concedido pela empresa é de 60 dias. Sabe-se que se o cliente efetuasse a compra à vista, ele teria pagado o montante total de R\$ 220.000,00. Em 31/12/2016, o valor equivalente à vista que seria recebido do cliente era R\$ 101.000,00. Com base nestas informações, no mês de dezembro de 2016, a empresa reconheceu, em reais, Receita de Venda de

- (A) 220.000,00.
- (B) 240.000,00.
- (C) 221.000,00.
- (D) 220.000,00 e receita financeira de 1.000,00.
- (E) 240.000,00 e despesa financeira de 1.000,00.

35. A Demonstração do Valor Adicionado – DVA tem por objetivo evidenciar a riqueza gerada pela empresa em determinado período e a forma como foi distribuída. Para elaborar a sua DVA, a Cia. Aberta obteve algumas informações apresentadas abaixo.

(em R\$)

Receita de Vendas .....	700.000,00
Despesa de salários .....	50.000,00
FGTS depositado nas contas dos funcionários .....	4.000,00
ICMS incidente sobre as vendas .....	105.000,00
ICMS incidente sobre as mercadorias vendidas adquiridas de terceiros .....	30.000,00
INSS, parte empregador.....	11.000,00

Com base nessas informações, a riqueza distribuída na forma de impostos, taxas e contribuições foi, em reais,

- (A) 150.000,00.
- (B) 116.000,00.
- (C) 120.000,00.
- (D) 86.000,00.
- (E) 90.000,00.

36. A Cia. Verdão possuía, em 31/12/2016, no ativo imobilizado, um maquinário para a produção de camisetas. Os saldos das contas referentes a esse maquinário, no final de 2016, são:

(em R\$)

Imobilizado (custo de aquisição): .....	500.000,00
(-) Depreciação acumulada: .....	120.000,00
(=) Valor contábil do ativo:.....	380.000,00

A pedido da controladoria, em 31/12/2016, foi realizado um teste de recuperabilidade do ativo (*impairment*), obtendo os seguintes valores:

(em R\$)

Valor em uso do maquinário: .....	350.000,00
Valor justo líquido das despesas de venda: .....	220.000,00

Ao elaborar as Demonstrações Contábeis referentes ao ano de 2016, a Cia. Verdão

- (A) não reconheceu perda por *impairment*.
- (B) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 130.000,00.
- (C) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 30.000,00.
- (D) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 160.000,00.
- (E) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 150.000,00.

**Contabilidade Pública**

**Atenção:** Para responder às questões de números 37 e 38, considere as seguintes contas contábeis extraídas dos Balanços Orçamentário e Patrimonial levantados em 31/12/16 de determinada entidade do setor público.

Contas Contábeis	Valor R\$
Previsão Inicial da Receita	1.160.000
Ativo Circulante	750.000
Receita Realizada	1.270.000
Passivo Circulante	390.000
Despesa Empenhada	820.000
Ativo não Circulante	470.000
Saldo da Dotação	340.000
Despesa Liquidada	630.000
Passivo não Circulante	280.000
Despesa Empenhada Paga	590.000

37. De acordo com os saldos contábeis apresentados, o patrimônio líquido da entidade em 31/12/2016 foi, em R\$, de
- (A) 360.000.
  - (B) 470.000.
  - (C) 110.000.
  - (D) 550.000.
  - (E) 450.000.
- 
38. No que tange ao Balanço Orçamentário, no exercício de 2016, o valor inscrito em restos a pagar não processado foi, em R\$, de
- (A) 230.000.
  - (B) 190.000.
  - (C) 40.000.
  - (D) 340.000.
  - (E) 530.000.
- 
39. Para fins contábeis, a despesa orçamentária pode ser classificada quanto ao impacto na situação líquida patrimonial. Nestas condições, constituem fato contábil modificativo diminutivo e fato contábil permutativo, respectivamente:
- (A) contratação de pessoal por tempo determinado; e manutenção de veículos.
  - (B) aquisição de imóveis; e construção de dois hospitais públicos.
  - (C) locação de equipamentos; e aquisição de ambulâncias para os hospitais públicos.
  - (D) serviços de higienização e limpeza em prédios públicos; e juros sobre a dívida por contrato.
  - (E) serviços de manutenção de elevadores; e encargos sobre operações de crédito por antecipação da receita.
- 
40. O ICMS de determinado contribuinte foi inscrito em dívida ativa, no exercício de 2015, no valor de R\$ 485.500.000. No exercício de 2016, o contribuinte quitou a dívida com juros e multas de mora, perfazendo um total de R\$ 515.000.000. Com relação à classificação por origem da receita orçamentária, é correto afirmar que
- (A) é tributária, no valor de R\$ 485.500.000 e receitas diversas, no valor de R\$ 29.500.000.
  - (B) é patrimonial, no valor de R\$ 515.000.000.
  - (C) é dívida ativa, R\$ 485.500.000 e receitas diversas, no valor de R\$ 29.500.000.
  - (D) é tributária R\$ 515.000.000.
  - (E) são outras receitas correntes, no valor de R\$ 515.000.000.



**Atenção:** Para responder às questões de números 41 a 44, considere, abaixo, as informações e transações, realizadas por determinada entidade do setor público no exercício de 2016.

- Lei Orçamentária – Previsão da Arrecadação das Receitas para o exercício de 2016
- Receitas Correntes R\$ 1.750.000
- Receitas de Capital R\$ 1.200.000
- (=) Total R\$ 2.950.000

Transações realizadas pela entidade durante o exercício de 2016 (janeiro a dezembro)	(em R\$)
- Despesas Orçamentárias Empenhadas (Corrente e de Capital) .....	2.750.000
- Arrecadação referente à Remuneração de Depósitos Bancários .....	14.000
- Arrecadação de Multas de Juros de Mora dos Tributos .....	22.000
- Arrecadação de Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública .....	39.000
- Arrecadação aluguéis de imóveis de propriedade do ente público .....	36.000
- Arrecadação de Imposto de Renda Retido nas Fontes Sobre Rendimentos do Trabalho .....	45.500
- Arrecadação referente a Operações de Crédito Internas de Longo Prazo .....	395.000
- Consignações em folha de pagamento (empréstimos consignados) .....	18.000
- Arrecadação de Taxas pelo Poder de Polícia .....	24.500
- Arrecadação da Cota Parte do ICMS .....	140.000
- Recebimento, em doação, de dois imóveis destinados a construção de escolas públicas .....	110.000
- Arrecadação de Impostos Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana .....	650.000
- Cancelamento de Dívidas Passivas .....	25.000
- Arrecadação referente à Alienação de Bens Imóveis .....	346.000
- Arrecadação referente à Amortização de Empréstimos Concedidos .....	89.000
- Arrecadação referente à Concessões e permissões do direito de exploração de serviços públicos .....	55.000
- Arrecadação referente à Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamento de Pessoal .....	29.000
- Ganho com Alienação de Bens Imóveis .....	15.000
- Arrecadação da Cota Parte do IPVA .....	115.000
- Arrecadação de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa dos Tributos .....	28.000
- Arrecadação referente a Dívida Ativa do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano .....	75.000
- Arrecadação de valor transferido pela União – destinada a construção de Hospitais .....	270.000
- Arrecadação de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza .....	490.000
- Arrecadação da Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios .....	65.000

41. As receitas patrimoniais arrecadadas no exercício de 2016 totalizam, em R\$,

- (A) 134.000.
- (B) 152.000.
- (C) 149.000.
- (D) 105.000.
- (E) 173.000.

42. No exercício de 2016, as receitas correntes apresentaram, em R\$,

- (A) insuficiência de arrecadação de 22.000.
- (B) excesso de arrecadação de 96.000.
- (C) excesso de arrecadação de 103.000.
- (D) insuficiência de arrecadação de 100.000.
- (E) excesso de arrecadação de 78.000.

43. O montante das receitas de capital arrecadadas, no exercício de 2016, soma, em R\$,

- (A) 1.175.000.
- (B) 1.115.000.
- (C) 1.100.000.
- (D) 830.000.
- (E) 845.000.

44. No exercício de 2016, o Balanço Orçamentário apresentou

- (A) superávit de 196.000.
- (B) déficit de 92.000.
- (C) déficit de 257.000.
- (D) superávit de 178.000.
- (E) superávit de 203.000.



45. No Balanço Patrimonial, do exercício de 2016, de determinada entidade do setor público, o ativo e passivo circulante somavam, respectivamente, R\$ 247.500.000 e 189.680.000. Segundo as Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, classificam-se, respectivamente, como ativo e passivo circulante, quando satisfizerem um dos seguintes critérios:
- (A) estiverem disponíveis para realização imediata; e corresponderem a valores exigíveis até dezoito meses da data das demonstrações contábeis.
  - (B) estiverem disponíveis para realização imediata; e corresponderem a valores exigíveis – até doze meses da data de divulgação das demonstrações contábeis.
  - (C) tiverem a expectativa de realização; e corresponderem a valores exigíveis – até dezoito meses do encerramento do exercício.
  - (D) tiverem a expectativa de realização; e corresponderem a valores exigíveis – até doze meses da data das demonstrações contábeis.
  - (E) tiverem a expectativa de realização; e corresponderem a valores exigíveis – até doze meses do encerramento do exercício.
- 
46. O presidente do Tribunal de Fiscalização e Controle Eleitoral de uma Região autorizou a contratação da empresa Máxima Engenharia Ltda., para prestação de serviços de conservação e adaptação do imóvel, pelo prazo de seis meses: 01/10/2016 a 31/03/2017, no valor mensal de R\$ 35.000. No exercício de 2016, sob o aspecto orçamentário, a despesa será empenhada no elemento de despesa
- (A) custeio, no valor de R\$ 105.000.
  - (B) despesa de capital, no valor de R\$ 210.000.
  - (C) locação de mão de obra, no valor de R\$ 105.000.
  - (D) outros serviços de terceiros – pessoa jurídica, no valor de R\$ 105.000.
  - (E) despesa corrente, no valor de R\$ 210.000.
- 
47. No que tange à prestação de contas de partido político, segundo a Lei Federal nº 9.096/1995, a desaprovação das contas do partido implicará sanção de
- (A) aplicação de multa de 30% sobre a importância apontada como irregular.
  - (B) devolução da importância apontada como irregular acrescida de multa de até 20%.
  - (C) suspensão do registro partidário e aplicação de multa de 40% sobre a importância apontada como irregular.
  - (D) aplicação de multa de 40%, sobre importância recebida de forma irregular.
  - (E) suspensão de participar de pleito eleitoral, enquanto não sanada as irregularidades apontadas na prestação de contas.
- 
48. A Lei Orçamentária, para o exercício de 2017, de determinado ente da federação fixou despesas correntes e de capital, respectivamente, nos valores de R\$ 1.649.677.500 e R\$ 988.780.000. São classificadas, respectivamente, como despesas correntes e de capital, os empenhos que se referirem
- (A) aos juros de operações de crédito internas de longo prazo; e aos serviços de manutenção em imóveis públicos.
  - (B) à aquisição de pneus para veículos; e à alienação de bens imóveis.
  - (C) ao uso de material de almoxarifado; e aos serviços de manutenção de escolas públicas.
  - (D) à depreciação de bens móveis; e à aquisição de equipamentos de informática.
  - (E) aos serviços de conservação de rodovias; e à amortização de dívidas de longo prazo.
- 
49. O departamento de Contabilidade e Finanças de determinado Tribunal Federal, até outubro de 2016, emitiu empenhos para realização de despesas orçamentárias, no valor de R\$ 546.000.000. O controle da execução da despesa está previsto no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, no subtítulo
- (A) dotação a empenhar.
  - (B) crédito indisponível.
  - (C) crédito utilizado.
  - (D) dotação empenhada.
  - (E) dotação comprometida.
- 
50. O Estado de Alvorada do Sul, com o fim de realizar obras de pavimentação de rodovias no interior do Estado obteve empréstimos com vencimento a longo prazo, no valor de R\$ 294.500.000. O empréstimo obtido, segundo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, no Balanço Patrimonial, será classificado como
- (A) dívida ativa de longo prazo.
  - (B) dívida fluante.
  - (C) obras e instalações.
  - (D) receita de capital.
  - (E) passivo não circulante.



51. Considere as seguintes transações realizadas por determinada entidade do setor público, no exercício de 2016.

– alienação de bens imóveis .....	150.000
– arrecadação de impostos concomitante ao fato gerador.....	290.000
– empenho de despesa com serviços de pintura em escolas públicas .....	85.000
– aquisição de materiais de almoxarifado para consumo no exercício de 2017 .....	40.000
– veículos recebidos em doação de pessoa jurídica.....	140.000
– valores repassados pela União referente ao FDE.....	190.000
– empenho de despesa com coleta de lixo nos hospitais públicos .....	180.000
– ganhos com alienação do imobilizado .....	70.000
– depreciação de bens móveis .....	30.000
– arrecadação de multas aplicadas em rodovias estaduais .....	60.000
– empenho de despesa com pessoal ativo.....	245.000

**Nota:**

Todas as despesas empenhadas foram liquidadas e pagas no próprio exercício.

Todas as receitas foram arrecadadas no próprio exercício.

As variações patrimoniais aumentativas e o resultado patrimonial somam, respectivamente,

- (A) 750.000 e 210.000.  
 (B) 710.000 e 170.000.  
 (C) 900.000 e 360.000.  
 (D) 680.000 e 140.000.  
 (E) 610.000 e 240.000.

---

### Administração Financeira e Orçamentária

52. No âmbito da União, quando o imposto de renda pessoa física é recolhido, aloca-se a receita pública correspondente na natureza de receita código "1.1.1.3.01.1.1". No que tange o código de classificação da receita orçamentária, os três primeiros dígitos: "1.1.1.", referem-se, respectivamente, à
- (A) categoria econômica, rubrica e alínea.  
 (B) receita corrente, tributária e imposto sobre a produção e a circulação.  
 (C) categoria econômica, origem e alínea.  
 (D) categoria econômica, origem e espécie.  
 (E) receita corrente, tributária e imposto sobre ganhos de capital.
- 
53. Na Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício de 2017, de determinado ente público, as receitas e despesas foram discriminadas de forma a evidenciar a política econômica financeira e o programa de trabalho do Governo obedecendo aos princípios orçamentários. Com relação aos princípios orçamentários é correto afirmar:
- (A) Unidade – o orçamento deve ser uno, ou seja, cada Poder (Executivo, Legislativo e Judiciário) deve ter sua Lei Orçamentária Anual específica.  
 (B) Universalidade – determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.  
 (C) Exclusividade – estabelece que a LOA não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para contratação de pessoal, para área da saúde e educação.  
 (D) Orçamento Bruto – obriga registrarem-se receitas e despesas na LOA pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções. Ressalvam-se dessa proibição os valores que se referirem às transferências constitucionais.  
 (E) Anualidade – delimita a execução das receitas e despesas de capital a um período de doze meses, a contar da aprovação da LOA pelo Poder Legislativo.
- 
54. O Plano Plurianual é um instrumento de planejamento governamental de médio prazo, previsto na Constituição Federal. No âmbito da União, o projeto do Plano Plurianual será encaminhado ao Congresso Nacional
- (A) pelo Poder Executivo, em até oito meses e meio antes do encerramento do mandato presidencial.  
 (B) pelo Ministro do Planejamento e Orçamento, até três meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial.  
 (C) pelo Poder Executivo, no prazo máximo de quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro do mandato presidencial.  
 (D) pelos chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no prazo máximo de quatro meses antes do encerramento de cada exercício financeiro.  
 (E) pelo Ministro da Fazenda, no prazo máximo de dois meses antes do encerramento do mandato presidencial.



55. Na Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2016, de determinado ente da federação, a dotação orçamentária destinada a contratação de pessoal por tempo determinado, na área da saúde, foi fixada em R\$ 6.500.000. Até o mês de setembro de 2016, a entidade já havia realizado despesa com a contratação de pessoal por tempo determinado, no valor de R\$ 6.250.000. Sabe-se que para os meses de outubro a dezembro de 2016, o saldo da dotação não seria suficiente para que a entidade continuasse a realização da referida despesa. Neste caso, para viabilizar a realização da despesa, segundo a Lei Federal nº 4.320/1964, deve, o ente público,
- (A) abrir crédito adicional suplementar por decreto do Executivo, e depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.
  - (B) emitir empenho onerando outra dotação do grupo de natureza de despesa "Pessoal e Encargos Sociais".
  - (C) abrir crédito especial por decreto do Executivo, desde que haja autorização na Lei Orçamentária Anual.
  - (D) abrir crédito adicional suplementar por decreto do Executivo, independentemente de autorização legislativa.
  - (E) solicitar ao Tribunal de Contas do Estado, autorização para continuar a realização da despesa, independentemente da existência de saldo na dotação orçamentária.
56. A Lei Orçamentária Anual, para o exercício de 2017, do Estado de Altamira do Norte, foi publicada em 30/12/2016. No que tange a execução orçamentária e o cumprimento de metas, segundo a Lei Complementar nº 101/2000, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso será estabelecida
- (A) pelo controle interno, até 30 dias após a publicação do orçamento.
  - (B) por cada um dos Poderes, até 45 dias após a publicação do orçamento.
  - (C) pelo Poder Executivo, até 30 dias após a publicação do orçamento.
  - (D) pela Administração direta e indireta, até 30 dias após o início da execução orçamentária.
  - (E) pelo Poder Executivo, até 30 dias após o início da execução orçamentária.

#### Auditoria

57. No setor público federal, o controle externo e o sistema de controle interno para concepção de seus objetivos, entre outras atividades, realiza auditorias nas entidades da Administração direta e indireta. No âmbito do poder executivo federal, as auditorias realizadas pelo sistema de controle interno, segundo a Instrução Normativa SFCI nº 01/2001, classificam-se em avaliação de gestão,
- (A) acompanhamento da gestão, financeira, orçamentária e patrimonial.
  - (B) inspeção, monitoramento, patrimonial e operacional.
  - (C) acompanhamento da gestão, conformidade, orçamentária e operacional.
  - (D) contábil, legalidade, financeira e patrimonial.
  - (E) acompanhamento de gestão, contábil, operacional e especial.
58. As demonstrações contábeis de determinada empresa de Economia mista do exercício de 2016 foram auditadas pela firma de auditoria Pontual & Associados. No que tange a auditoria independente, segundo a NBC TA 200,
- (A) as demonstrações contábeis sujeitas à auditoria são as da entidade, elaboradas pela sua administração, com supervisão geral dos responsáveis pela governança.
  - (B) o objetivo e recomendar à alta Administração soluções para as irregularidades ou impropriedades detectadas durante os trabalhos de auditoria.
  - (C) para expressar uma opinião exige-se que o auditor obtenha segurança razoável de que as demonstrações contábeis foram avaliadas pelo controle interno da entidade.
  - (D) o objetivo e auxiliar a Administração da entidade no cumprimento de suas metas e objetivos operacionais.
  - (E) a administração da entidade utiliza-se de informações obtidas mediante evidências de auditoria registradas nos papéis de trabalho, para o aperfeiçoamento da gestão e dos controles internos.

#### Matemática Financeira

59. Demitido da empresa em que trabalhava, o senhor Felizardo investiu a indenização recebida no Banco Regional da Fazenda. O valor a ser resgatado, após oito meses de aplicação, é de R\$ 210.000. Considerando-se que a taxa de juros simples é de 5% ao mês, o valor da aplicação, em reais, foi de
- (A) 140.000.
  - (B) 170.000.
  - (C) 60.000.
  - (D) 96.000.
  - (E) 150.000.
60. A aplicação de um capital, no valor de R\$ 900.000, em determinada instituição financeira, por um período de seis meses, foi resgatado pelo valor de R\$ 1.035.000. Considerando-se que o capital foi aplicado a juros simples, a taxa de juros ao mês foi de
- (A) 2,5%.
  - (B) 0,15%.
  - (C) 3,0%.
  - (D) 2,0%.
  - (E) 4,0%.



**DISCURSIVA-ESTUDO DE CASO**

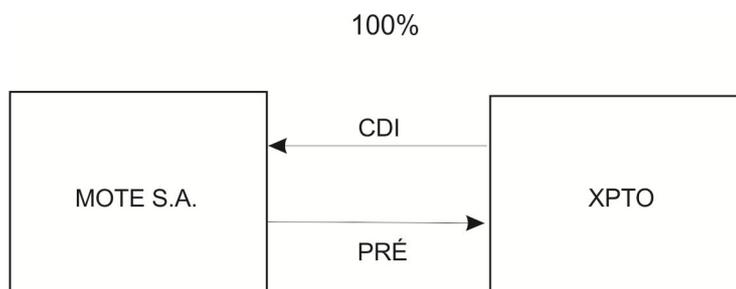
**Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo 11: 11.5 A Prova Discursiva-Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório. 11.6 Cada uma das questões será avaliada na escala de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, considerando-se habilitado o candidato que obtiver, concomitantemente, nota maior do que 0 (zero) – em cada uma das 02 questões e, ainda, média igual ou superior a 6 (seis) – no conjunto das 02 (duas) questões. 11.7 Na aferição do critério de correção gramatical, por ocasião da avaliação do desempenho na Prova Discursiva-Estudo de Caso a que se refere este Capítulo, deverão os candidatos valer-se das normas ortográficas em vigor, implementadas pelo Decreto Presidencial nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, e alterado pelo Decreto 7.875, de 27 de dezembro de 2012, que estabeleceu o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. 11.8 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Estudo de Caso nos seguintes casos: 11.8.1 fugir à modalidade de texto solicitada e/ou às questões práticas propostas; 11.8.2 apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; 11.8.3 for assinada fora do local apropriado; 11.8.4 apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; 11.8.5 estiver em branco; 11.8.6 apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 11.9 A folha para rascunho no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva-Estudo de Caso pela Banca Examinadora.

**QUESTÃO 1**

Nos dias de hoje, as operações financeiras têm se diversificado bastante e, em função disso, atualmente, as empresas possuem opções de investimentos e financiamentos que não possuíam chance de realizar há alguns anos atrás. Entre essas operações, há aquelas que tentam dirimir os riscos de taxas de juros, câmbio etc.

Nesse sentido, em 31/01/2016, a empresa MOTE S.A. obteve um empréstimo no valor de R\$ 1.000.000,00, cuja taxa de juros era pós fixada e igual a 100% do CDI, para ser pago (principal e juros) em 2 meses (31/03/2016). Analisando a exposição da empresa, uma vez que estava exposta a um risco de taxa de juros pós fixada, o *controller* decidiu eliminar este risco contratando, em 31/01/2016, com a empresa XPTO, um *swap* para trocar a taxa de juros pós-fixada de sua dívida por uma taxa de juros pré-fixada, cujo vencimento era 31/03/2016. A figura abaixo ilustra a operação do *swap*:



De acordo com a operação realizada, a empresa MOTE S.A. paga à empresa XPTO a taxa pré fixada de 3% ao mês e recebe da XPTO 100% do CDI sobre o valor de referência de R\$ 1.000.000,00, com ajuste financeiro apenas no vencimento, ou seja, em 31/03/2016.

Com base nessas informações responda, fundamentadamente

- a. Qual(is) é (são) o(s) critério(s) de mensuração dos Instrumentos Financeiros (ativos e passivos)? Qual é o critério de mensuração da operação realizada (*Swap*) pela MOTE S.A.?
- b. Qual foi o resultado obtido, em 31/03/2016, pela empresa MOTE S.A., no *swap*, sabendo-se que 100% do CDI no período foi igual a 5% (taxa efetiva)? Justifique a sua resposta.
- c. Contabilize o resultado obtido do *swap* realizado pela empresa MOTE S.A.

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	



QUESTÃO 1

13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO

**QUESTÃO 2**

Considere, abaixo, as informações hipotéticas sobre o orçamento da despesa, referente ao exercício financeiro de 2016, de um determinado Tribunal Regional Eleitoral:

Valores em reais

Elementos de Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Cota Trimestral 1º Trimestre	Cota Trimestral 2º Trimestre	Cota Trimestral 3º Trimestre	Cota Trimestral 4º Trimestre
Equipamentos e Material Permanente	6.000.000,00	6.700.000,00	200.000,00	500.000,00	2.500.000,00	3.500.000,00
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2.000.000,00	2.100.000,00	100.000,00	700.000,00	800.000,00	500.000,00
Material de Consumo	580.000,00	720.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00	180.000,00

As despesas são ordinárias e as cotas trimestrais foram definidas em conformidade com a Lei nº 4.320/1964. Em consonância com a referida legislação, até 29/02/2016, os valores das despesas realizadas foram:

Serviços de Manutenção de Elevadores, realizados por pessoa jurídica: R\$ 30.000,00  
Combustível: R\$ 140.000,00

Em 29/02/2016, o ordenador de despesa desse Tribunal Regional Eleitoral realizou o empenho da despesa referente à aquisição de um lote de quatro veículos, todos do mesmo modelo, cujo valor total foi R\$ 120.000,00 para uso em suas atividades. Os veículos foram entregues em 31/03/2016 e, nesta mesma data, ocorreu a liquidação da despesa orçamentária.

No dia 31/03/2016, data em que todos os veículos foram colocados em uso, a vida útil econômica e o valor residual do lote de veículos foram estimados, respectivamente, em quatro anos e R\$ 24.000,00. O Tribunal Regional Eleitoral utiliza o método das cotas constantes para apurar a depreciação dos veículos. Além disso, em 31/12/2016, após o reconhecimento da despesa de depreciação referente ao exercício financeiro de 2016, foi reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável no valor de R\$ 5.000,00 referente ao lote de veículos.

Com base nessas informações, responda, fundamentadamente:

- Os limites para a realização da despesa foram observados quando do empenho da despesa com a aquisição do lote de veículos?
- No dia 31/03/2016, o resultado de execução orçamentária, apurado de acordo com a Lei nº 4.320/1964, foi alterado em decorrência dos fatos ocorridos em tal dia?
- Em relação ao lote de veículos, em que data ocorreu uma variação patrimonial qualitativa e qual foi o seu valor?
- Em relação ao lote de veículos, qual o montante da variação patrimonial quantitativa diminutiva reconhecida no exercício financeiro de 2016? Apresente os cálculos que justificam a sua resposta.
- Qual o valor do lote de veículos evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2016?

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	



QUESTÃO 2

16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	

RA S C U N H O

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO